

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 28/2015

Período: 08/08/2015 – 14/08/2015

GEDES – Brasil

- 1- Militar foi acusado de receber indevidamente R\$ 765 mil
- 2- Livro abordou o desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva durante o regime militar
- 3- Tribunal apontou sobrepreço em obras de base naval
- 4- Acidente de Eduardo Campos terá causa “indeterminada” em relatório final da Aeronáutica
- 5- Colunista analisou questões relacionadas às fronteiras brasileiras
- 6- Armamento foi encontrado no Lago Paranoá em Brasília
- 7- Empreiteiras desistem de contrato para montagem da usina nuclear de Angra 3
- 8- Projeto de lei que cria o crime de terrorismo no Brasil foi votado na Câmara dos Deputados
- 9- Colunistas defendem importância de programa que busca alterar nome de pessoas relacionadas ao regime militar das ruas de São Paulo

1- Militar foi acusado de receber indevidamente R\$ 765 mil

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, presidente licenciado da Eletronuclear, foi acusado de receber indevidamente R\$ 765 mil. Segundo os periódicos, o delator Victor Colavitti, dono da empresa Link Projetos e Participações, afirmou que sua empresa foi utilizada para intermediar repasses entre a empreiteira Engevix e a firma Aratec, pertencente à família de Silva. De acordo com os jornais, a acusação, feita a partir da obtenção de novas provas do recebimento da propina por parte de Silva, foi usada como argumento para converter a prisão temporária do militar em prisão preventiva. Segundo a *Folha*, dados da investigação asseguraram que a firma de Colavitti prestava serviços de engenharia para a Engevix, porém, apesar de haver contratos e notas fiscais, não houve prestação de serviços entre a firma do delator e a Aratec. O militar negou as acusações e sua filha, encarregada da Aratec, Ana Cristina Toniolo, afirmou que prestou serviços de tradução que justificam o pagamento. De acordo com o *Correio*, a Polícia Federal afirmou que parte do montante pago a empresa, incluindo a quantia obtida por Toniolo, foi legal. Ainda, segundo o periódico, a propina, cuja origem é desconhecida, foi repassada entre os anos de 2009 e 2014. Em relação a um possível suborno de R\$ 2,7 milhões na Aratec, Toniolo afirmou que os pagamentos eram referentes a estudos realizados para empresa CG Consultoria. Toniolo afirmou ainda que parte do dinheiro recebido pela empresa era proveniente de investimentos feitos em razão de uma turbina desenvolvida por seu pai e que “os pagamentos aos desenvolvedores da turbina, disse, não foram documentados em contrato. Muitas vezes, o dinheiro era sacado das contas da Aratec e depositado aos prestadores de serviço. Faziam assim, afirmou, para evitar a caracterização de relação trabalhista”. (*Correio Braziliense* - Política - 12/08/15; *Folha de S. Paulo* – Poder –

08/08/15; Folha de S. Paulo - Poder - 13/08/15; O Estado de S. Paulo - Política – 13/08/15)

2- Livro abordou o desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva durante o regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o novo livro autobiográfico de Marcelo Rubens Paiva, intitulado *Ainda Estou Aqui*, aborda o desaparecimento do seu pai, o ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva, durante o regime militar (1964-1985). Segundo o jornal, em 20/01/71, Paiva foi retirado de sua casa e levado ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) onde foi torturado e morto na madrugada do dia seguinte e, posteriormente, esquartejado e enterrado em área pertencente à Marinha. A esposa e a filha do ex-deputado foram levadas encapuzadas ao DOI-Codi, para responder perguntas. A esposa ficou presa por 12 dias, durante os quais era chamada para ver fotos. O autor especulou, no livro, se a mãe e a irmã foram levadas para pressionar o pai a falar ou se apenas foram usadas para reconhecer fotos de procurados com o intuito de identificar contatos do ex-deputado. Ele afirmou que a morte do pai parece não ter fim e lembrou que a Lei da Anistia (1979) perdoou crimes cometidos durante o período. Segundo o periódico, o livro “é uma resposta para quem pede pela volta dos militares nas ruas de hoje: ‘você não sabem o que é ditadura’”. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 08/08/15)

3- Tribunal apontou sobrepreço em obras de base naval

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou, por meio de auditoria sigilosa, sobrepreço no valor de R\$ 406 milhões na construção da Base Naval e do Estaleiro da Marinha na cidade de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. As obras, delegadas à empreiteira Odebrecht, fazem parte do programa que prevê a construção de quatro submarinos convencionais e um submarino de propulsão nuclear até 2025. O periódico apontou que o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear acusado de receber propina em licitação da Usina Angra 3, foi uma espécie de supervisor do projeto. A Marinha, por sua vez, informou que Silva não participou das decisões e do gerenciamento do programa dos submarinos. Segundo o jornal, o valor original das obras fora estipulado em R\$ 4,9 bilhões, porém, alterações no projeto forçaram a elevação do preço para R\$ 7,8 bilhões. O jornal lembrou que o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) originou-se em 2008 a partir de um tratado assinado entre Brasil e França, o qual previa, além da construção dos submarinos, a transferência de tecnologia. A empresa francesa DCNS, responsável pela transferência de tecnologia, estabeleceu um consórcio com a empreiteira brasileira Odebrecht, que também foi contratada para a construção do estaleiro e da base naval. A Marinha alegou que o motivo de não haver licitação para a escolha da empreiteira se deve ao caráter sigiloso do projeto e informou que a escolha da Odebrecht partiu da própria DCNS, não havendo participação do governo brasileiro na seleção. A Marinha afirmou, ainda, ter encaminhado ao TCU um posicionamento sobre o “possível excedente de preço”, e justificou o aumento pelo fato de a obra ser complexa e de natureza “especialíssima”. Ademais, afirmou que “à época [do orçamento inicial], diz a Marinha, não havia como

considerar o “redimensionamento necessário para atender” exigências de segurança, como o reposicionamento da “ilha nuclear””. (O Estado S. Paulo – Política – 08/08/15)

4- Acidente de Eduardo Campos terá causa “indeterminada” em relatório final da Aeronáutica

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), responsável por investigar acidentes aéreos, determinará a causa do acidente que ocorreu com a aeronave Cessna 560XL, em que viajava o então presidenciável Eduardo Campos, como “indeterminada”. De acordo com o periódico, o órgão somente pressuporá o comportamento do avião e da tripulação, analisando os destroços do acidente e desconsiderando certas possibilidades, devido ao fato de não haver informações relevantes nas caixas-pretas da aeronave, o Cockpit Voice Recorder (CVR) não ter gravado as conversas ocorridas minutos antes da queda e o avião não possuir um Flight Data Recorder (FDR), usado para registrar informações sobre o voo. Raul de Souza, responsável da Aeronáutica pela investigação, já havia informado, em janeiro de 2015, que os pilotos não possuíam instrução apropriada para controlar a aeronave, necessitando de um treinamento mais aprofundado. A Aeronáutica informou, ainda, que a investigação está em seu estágio final, embora não tenha sido estabelecido um prazo para sua finalização. (Folha de S. Paulo – Poder – 10/08/15)

5- Colunista analisou questões relacionadas às fronteiras brasileiras

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Denis Lerrer Rosenfield, professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), discorreu sobre o exercício legítimo da soberania nacional, levando em conta as delimitações impostas pelas fronteiras de um país, como o caso da Amazônia, o que pode ser considerado como sinônimo “de uma política nacional de defesa”. Como posição brasileira em defesa de seu patrimônio nacional, Rosenfield citou o caso recente relacionado à Operação Ágata, cuja função é proteger a região fronteira, que flagrou barcos paraguaios contrabandeando produtos para dentro do território brasileiro. O Paraguai parece acreditar, segundo Rosenfield, que “teria o direito de contrabandear produtos para o Brasil”, e que, segundo divulgado em nota, essa operação seria uma suposta intervenção brasileira em seu território. Apesar da posição paraguaia, o professor de filosofia afirmou que, caso o Brasil fosse complacente com esta ocorrência, estaria legitimando uma prática que prejudicaria a indústria nacional e causaria danos tanto sociais quanto econômicos em seu território. Rosenfield referiu-se, ainda, à questão do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), projeto eletrônico de defesa, elaborado pelo Exército, que tem como objetivo monitorar toda a região fronteira nacional, o que limitaria o contrabando e o tráfico e, ainda, monitoraria o meio-ambiente. Entretanto, esse projeto sofreu cortes em seu orçamento, o que Rosenfield considerou uma “visão imediatista”, ponderando sobre a relevância do projeto e os fundos que este obteria, promovendo empregos e diminuindo a criminalidade na região. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 10/08/15)

6- Armamento foi encontrado no Lago Paranoá em Brasília

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, foi encontrado no Lago Paranoá, no dia 10/08/15, na cidade de Brasília, munição que seria de uso exclusivo das Forças Armadas e das forças policiais especiais brasileiras. Polícias Militares recolheram do local 947 projéteis de armas de calibres 45, 5.56, 6.35, 7mm e 9mm em “boas condições de uso”. De acordo com o jornal, a polícia afirmou não descartar a possibilidade de o armamento pertencer a uma quadrilha especializada em roubo a caixas eletrônicos. A 10ª Delegacia de Polícia de Brasília está investigando o caso e afirmou que entrará em contato com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica para averiguação de um possível furto. (*Correio Braziliense - Cidades - 11/08/15*)

7- Empreiteiras desistem de contrato para montagem da usina nuclear de Angra 3

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* cinco das empreiteiras que estão sendo investigadas pela Operação Lava Jato: Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Techint, afirmaram que desistiram do contrato de montagem da usina nuclear Angra 3, pois a Eletronuclear não estaria realizando os pagamentos há 135 dias. Segundo os jornais somente a UTC, líder do consórcio, e a Empresa Brasileira de Engenharia (EBE), afirmaram continuar atuando na obra, ambas assumirão sozinhas o projeto. A *Folha* afirmou que os pagamentos atrasados são no valor de R\$ 54 milhões, sendo que o contrato de montagem é de R\$ 2,9 bilhões e a obra completa gastará em torno de R\$ 15 bilhões. De acordo com os jornais as empreiteiras estão sendo investigadas por suspeita de pagarem R\$ 4,7 milhões ao almirante Othon Pinheiro da Silva, que foi presidente da Eletronuclear de 2007 a 2014. O presidente afastado da UTC, Ricardo Pessoa, delatou à Polícia Federal que o dinheiro tinha como objetivo que o almirante “não colocasse empecilhos à composição dos dois consórcios que venceram a licitação”. O ex-presidente da Camargo Corrêa, Dalton Avancini, afirmou em delação premiada que havia “uma promessa” para pagamento de suborno ao almirante, mas relatou não saber se realizara. (*Folha de S. Paulo - Poder - 13/08/15; O Estado de S. Paulo - Política - 13/08/15*)

8- Projeto de lei que cria o crime de terrorismo no Brasil foi votado na Câmara dos Deputados

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 12/08/15, o texto base do projeto de lei que cria do crime de terrorismo no Brasil. No mesmo dia aprovou-se uma emenda que estabelece motivação para tipificação de terrorismo em razão de “xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião” com “finalidade de provocar terror social ou generalizado”. O *Estado* afirmou que ainda há itens para serem votados e que, posteriormente, a lei seguirá para o Senado Federal. Segundo a *Folha*, a lei tem como objetivo garantir que os ministérios da Defesa e da Justiça tenham acesso a mecanismos para prevenção e controle de “atos de terror nas Olimpíadas de 2016” na cidade do Rio de Janeiro. A lei “pune com até 30 anos de cadeia quem usar ou ameaçar usar e transportar produtos

como explosivos e gases tóxicos, danificar ou saquear bens, interferir em sistemas de informática ou, ainda, sabotar equipamentos públicos”. Os jornais afirmaram que deputados federais do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) manifestaram preocupação com a possibilidade de utilização da lei para criminalizar movimentos sociais e manifestações populares. O relator do projeto, o deputado federal Arthur Maia, afirmou que “a medida garante a proteção da população, sem extremismos”. (Correio Braziliense - Política - 13/08/15; O Estado de S. Paulo - Política - 13/08/15)

9- Colunistas defendem importância de programa que busca alterar nome de pessoas relacionadas ao regime militar das ruas de São Paulo

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, Eduardo Suplicy, secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, Carla Borges, coordenadora de política de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Marília Jahnel, coordenadora de Promoção do Direito à Cidade da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, lembraram que em 2015 completaram-se 51 anos da tomada do poder pelos militares em 1964 e recordaram que o “cenário de atrocidades” do regime militar (1964-1985) exigiu do poder público ações para “elucidar a verdade e resgatar a memória desse período”. Segundo os colunistas, o município de São Paulo possui quase um quarto dos mortos e desaparecidos do Brasil, sendo que o autoritarismo do período deixou marcas na região, expressadas na forma como seus habitantes se relacionam com os espaços públicos, sendo que a “cultura do medo” diminuiu o papel da rua de local de “expressão do exercício da cidadania”. Os colunistas apontam que, de acordo com levantamento da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, existem 17 ruas no município de São Paulo com nomes de pessoas relacionadas diretamente com violações aos direitos humanos e 20 ruas com nomes de pessoas responsáveis por sustentar o regime militar, o que “não faz sentido em uma cidade que se pretende democrática”. De acordo com os colunistas “combater legados do autoritarismo, retirando essas denominações e não permitindo que novas equivalentes sejam feitas, é imprescindível para construir a memória histórica do país a partir da valorização da cultura democrática”. Além disso, segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 13/08/15, Fernando Haddad, prefeito da cidade de São Paulo, enviou dois projetos de lei para a Câmara Municipal da cidade concernentes à alteração de nomes de ruas, pontes, praças e viadutos relacionados ao regime militar. O primeiro projeto prevê a alteração do nome do Viaduto 31 de Março – referente à data em que ocorreu a tomada de poder pelos militares em 1964 –, no bairro da Liberdade, para Viaduto Theresinha Zerbini – ativista e referência feminina que lutou pela anistia. Já o segundo propõe a proibição de “novas nomeações em homenagem a repressores”. Tal iniciativa faz parte do projeto Ruas de Memória, o qual, segundo Haddad, “visa celebrar a vida daqueles que se dedicaram à democracia, que lutaram pelas liberdades individuais no nosso país. Substituindo os nomes daquelas ruas associadas ao período de arbítrio, período da violência, que reinou em nosso país por mais de 20 anos”. Dentre os locais que terão seu nome alterado está, também, o elevado Presidente Arthur da Costa e Silva, conhecido como “Minhocão”. O prefeito afirmou que, nos casos das vias residenciais, a alteração dos nomes será discutida

com os moradores. Segundo o presidente da Câmara Municipal, vereador Antônio Donato “o debate já existia com iniciativas de vereadores, mas, quando o Executivo pauta esse debate, ele ganha outra qualidade”. De acordo com *O Estado*, Pepe Vargas, ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, declarou que o projeto é uma “reparação histórica às vítimas da ditadura” e mostrou-se também contrário à prescrição de crimes políticos. Já o ex-deputado estadual Adriano Diogo, que presidiu a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, apesar de considerar importante, afirmou que “o projeto nasceu de cima para baixo”, pois uma melhor articulação com vítimas, familiares, especialistas e vereadores deveria ter sido empreendida. Para Diogo, um dos riscos é a interrupção do trâmite da proposta na Câmara. (Folha de S. Paulo - Opinião - 13/08/15; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/08/15; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 14/08/15)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROEX); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)